



A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA “RALÉ BRASILEIRA” E O IMPACTO SOBRE A SOCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Aluno: Paulo Roberto Bugoni de Carvalho Mineiro – RA: 223180

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti

A partir da obra de Jessé Souza e seu conceito “ralé brasileira” busca-se compreender o processo histórico de formação do Brasil e como esse determinou a gênese dessa classe social. O ponto de partida seria o processo de colonização sobre bases escravistas que se desenvolveu no Brasil, caracterizado por uma economia agrária voltada aos interesses externos. O uso de mão de obra escravizada de negros vindos do continente africano representa um dos pontos mais violentos e gênese do que viria a ser a sociedade brasileira, marcando a ausência de condições de vida e de reconhecimento dessa parcela da população. Dentre as considerações, estão a importância da família no Brasil colônia e como o poder era centralizado na forma do senhor de terras, enquanto os negros escravizados eram animalizados e utilizados como instrumentos de trabalho.

Em seguida buscou-se assimilar a importância da chegada da família real e da corte em 1808, representando grandes transformações na realidade brasileira. O Estado centralizado somado ao mercado competitivo que já se desenvolvia na Europa pós Revolução Industrial foram de grande importância para a tentativa de superação do Brasil colonial. A institucionalização do contexto brasileiro, foi capaz de modificar as estruturas de poder e os valores morais considerados socialmente. Nesse momento, o conhecimento, a razão e a intelectualidade eram valorizados e reconhecidos pelo mercado competitivo, que ao longo do século XIX buscou superar os “traços” coloniais ainda existentes no Brasil, especialmente a utilização de mão de obra escravizada.

A abolição do trabalho escravo no Brasil é lida nessa perspectiva como um processo intralite, respondendo aos interesses do capitalismo periférico em desenvolvimento, representando uma emancipação apenas formal daqueles que antes eram escravizados, mas na realidade um processo de abandono escancarado. O Estado brasileiro, inclusive foi responsável por financiar e incentivar a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil, enquanto praticava políticas públicas de higienização e marginalização da população negra e pobre para as periferias das cidades. Nesse momento é possível reconhecer a gênese da “ralé brasileira”, uma classe social que não tinha bases de socialização e organização para transmissão de valores que representassem meios de obter o conhecimento intelectual valorizado naquele momento, sendo constantemente marginalizada, inferiorizada e negada de seus direitos mais básicos como cidadãos.

A partir da reconstrução histórica e da compreensão da gênese dessa classe social, busca-se explicitar a importância da organização e socialização familiar no contexto do capitalismo contemporâneo. Todo o processo pelo qual cada um de nós passa ao longo da infância influi em grande medida no desempenho e obtenção de “sucesso” nas diversas áreas da vida, desde a escola, mercado de trabalho, até as relações afetivas. Assim, busca-se compreender que a ausência das características e comportamentos valorizados e construídos por essa sociedade,

provocam uma histórica inferiorização dessa classe social se refletindo também de maneira institucional e estrutural.

Em *A Elite do Atraso*, Jessé Souza evidencia o escravismo como sistema que construiu a sociabilidade no Brasil. A escravidão como principal modo de utilização de mão de obra, se deu em moldes coloniais, a partir de construções hierarquizantes e apagamento cultural – dicotomia entre seres humanizados e selvagens, discurso que serviu para legitimar e justificar a retirada dos negros africanos de seus locais de origem e lhes negar qualquer humanidade por meio de trabalho compulsório, inclusive com aval religioso – que contribuiu para a construção de uma desigualdade que se perpetua há séculos e influenciou também a organização familiar que se desenvolve até hoje. No período colonial do Brasil, a família era o núcleo social sob a representação do patriarca, o senhor de engenho, dono de terras.

Os negros escravizados no contexto colonial eram a personificação do “não ser”, extirpados de sua origem, não possuíam direitos sobre seus próprios corpos, assim como de qualquer estatuto político. Estavam sob integral dominação, reduzidos a objetos, a instrumentos de trabalho que proporcionavam produtividade, sendo inclusive as mercadorias mais valiosas do comércio transatlântico. Assim, pelo maior valor monetário que apresentassem devido a potencialidades e características corporais, eram mantidos vivos por sua simples utilidade como objetos.

O século XIX representa um período muito importante para o desenvolvimento do capitalismo em escala periférica, de modo que os países centrais buscavam expandir e potencializar os ganhos de mercado. Por isso, compreende-se a chegada da família real em 1808 como um momento decisivo para a realidade colonial, pois modificou todo o sistema institucional do país, promovendo mudanças estruturais nas dimensões política, econômica, social e valorativa da sociedade. O fim do pacto colonial, presença de um Estado burocrático centralizado e a entrada do mercado competitivo tiveram grandes impactos sobre a estrutura patriarcal colonial que vigorava até então.

O conhecimento passa a ser o elemento de maior prestígio e valorização diante da sociedade e o talento individual, a característica exigida pelo mercado e pelo Estado como elemento fundamental da nova hierarquia valorativa social. A modernidade europeia chega ao Brasil, trazendo a cultura capitalista do consumo como modo de vida, a importância do Homem e da racionalidade, modificando os valores, assim como as instituições e a vida cotidiana.

Nesse momento de construção do capitalismo periférico, nomeado por Jessé Souza, o discurso e uso da doutrina liberal foram utilizados como argumentos para expressar a nova visão de mundo e garantir os interesses da elite. A pregação liberal antiescravista foi desenvolvida ao longo do século XIX, procurando expandir a ideia de ordem social competitiva ao dirigir-se contra a instituição fundamental da antiga ordem, o escravismo, abrindo caminho para uma reorganização a partir de interesses da economia de mercado – o assalariamento e ampliação de mercado interno.

É possível compreender o papel do liberalismo pregado no Brasil, que correspondia aos interesses da elite, expandindo a ideia da ordem social competitiva que deveria tomar o lugar do Brasil colonial escravista. No entanto, aí aparece o principal limite e contradição do liberalismo levado a cabo no Brasil, revelando o projeto de abolição como uma revolução de brancos para brancos, ou seja, um compromisso intraelite, que não tinha preocupação alguma com a situação social dos negros escravizados no momento em que fossem libertos.

A integração do negro na sociedade de classes de Florestan Fernandes é crucial para a compreensão desse período e do que ele chama de Revolução Encapuzada, que seria essa revolução burguesa lenta e molecular, que ao longo do século XIX reconstruiu a sociabilidade e institucionalidade do Brasil, mas não tinha interesse algum em promover uma cidadania universal à população, especialmente a negra. Ao longo dessa obra, o autor retrata o período entre 1880 e 1960, explicitando o fato de que negros e mestiços foram os grupos negligenciados nesse processo e período. O fato principal é que diante do processo de desagregação da ordem escravista e senhorial, houve o abandono do liberto à sua própria sorte, sem amparo estatal, da Igreja e muito menos dos antigos senhores, que aliás, foram indenizados por suas “perdas”. Esses que seriam a gênese do que hoje chama-se de ralé brasileira, se encontravam abandonados, num contexto competitivo, em que o conhecimento e acesso a capitais cultural, social e econômico definiriam sua posição na hierarquia social.

A partir da perspectiva histórica apresentada, a parte essencial deste trabalho buscará explicar os pormenores dessa classe, a qual reconhecemos como ralé brasileira e de que modo se organiza diante da sociedade moderna capitalista que exige características e comportamentos de seus indivíduos para determinar seu sucesso ou fracasso nos diversos âmbitos da vida.

É de grande importância a ideia de classe social aqui utilizada, que considera uma construção social que compreende socializações familiares específicas, com transmissão afetiva de elementos que influenciam a maneira de agir e se comportar diante das diversas esferas da vida. A obra de Jessé Souza se mostra importante ao relatar o modo como as ideias dominantes em uma sociedade são capazes de determinar a vida das pessoas e seu comportamento cotidiano.

A ascensão das instituições mercado competitivo e Estado centralizado solidificaram as ideias modernas que formularam um modelo de indivíduo e comportamento socialmente útil e reconhecido, principalmente na forma de dois elementos: o trabalho útil e a expressão da própria personalidade individual. O ponto é que na formação do capitalismo periférico existente no Brasil, não foram fornecidas condições universais para uma garantia ampla desses elementos, ou seja, liberdade individual e igualdade social não foram democratizadas no processo de formação do Brasil, refletindo o fato de que apenas uma parcela da sociedade pode obter reconhecimento com base nesses valores.

Estabelece-se a ideia de que os valores que as famílias transmitem não são intrínsecos a elas, mas sim valores de classe, que são responsáveis pela transmissão - consciente ou inconsciente - de visões de mundo e modos de ser e estar. Para compreender os atributos que faltam a ralé brasileira, explicita-se os valores da classe média como aqueles que respondem positivamente as demandas da sociedade do mérito, ou seja, as características e habilidades que formam seres humanos considerados úteis, profissional, social e afetivamente na sociedade capitalista contemporânea.

As famílias de classe média reproduzem valores que incluem a disciplina, o autocontrole, o pensamento prospectivo, respeito ao espaço alheio etc. Esses aprendizados muitas vezes não são levados em conta na qualificação de uma criança pois são muitas vezes transmitidos de maneira orgânica, na intimidade dos lares, por meio de relações afetivas entre pais e filhos. No entanto, são extremamente responsáveis pela determinação de comportamentos que serão indispensáveis para adequação e obtenção de sucesso em outros ambientes ao longo da vida,

como a escola, universidade, mercado de trabalho, relações amorosas, enfim, desde as esferas externas até as construções mais íntimas da esfera privada.

Podemos reiterar a importância do cálculo prospectivo nos aprendizados mais básicos, que significa ter a consciência que aquilo que se realiza no presente tem impactos no futuro. A partir dessa ideia, a incorporação de conhecimento, por exemplo, é condicionada por um cálculo racional de longo prazo, como se fosse uma construção que leva tempo, mas será concluída e terá consequências no futuro.

O desenvolvimento de autoconfiança desde a infância permite a criação de uma consciência de um fim em si mesmo, as demonstrações mais simples de afeto e atenção incondicional por parte de pais ou responsáveis permitem que a criança e o futuro adulto tenham certeza de seu próprio valor, como ser humano, por ser quem é. A construção de autoestima e autoconfiança permite encarar derrotas e perdas como fatos transitórios, criando um sentimento de confiança e esperança para superar situações nos diversos âmbitos da vida.

O ponto é que as famílias inseridas na ralé brasileira não apresentam estruturas organizadas e condições de transmissão de valores, que nunca lhes foram ensinadas, aliás, lhes foram historicamente negadas enquanto seres humanos e por isso não tiveram a socialização que é valorizada na sociedade contemporânea.

Vale ressaltar que as ideias aqui não buscam culpabilizar as famílias da ralé por sua ausência de sociabilidade nos moldes classe média, a crítica se coloca sobre quais valores e características são consideradas na hierarquia valorativa e de reconhecimento na sociedade em que vivemos e como essas mesmas características não foram e não são democratizadas. Por isso, em um contexto que valoriza características e comportamentos que são privilégios de parte da sociedade, existe uma condenação desde o nascimento, de todos os outros, à marginalidade e ao não reconhecimento. A construção histórica que foi realizada no início desse trabalho buscou exatamente mostrar como o passado colonial e escravista se coloca atualmente, pois não podemos analisar classe social de maneira dissociada a raça e a gênero.

Para discutirmos a ralé brasileira devemos partir de uma análise racializada, pois a maioria de sua população é negra e historicamente vem sendo marginalizada. Segundo dados do IBGE em 2019, dos 13,5 milhões de brasileiros vivendo em condições de extrema pobreza, 75% são pretos ou pardos. A marginalização promovida sobre a população negra no Brasil perpetua as mais diversas desigualdades que permeiam nosso meio social de maneira estrutural e institucional, de modo que ocorre a naturalização e invisibilização desse processo até chegarmos ao nível de negação da existência do racismo. O racismo nessa realidade de exclusão se apresenta desde a infância e a partir do momento que a compreensão de lugares no mundo se desenvolve, a criança percebe que tudo aquilo que tem como referência lhe é estranho física e muitas vezes, emocionalmente.

Os impactos do racismo e da questão de classe são objetivos por meio de dificuldades de acesso material, educacional e profissional, mas também são subjetivos, impactando o reconhecimento próprio, a sistemática dúvida sobre si mesmo, autossabotagem e ausência de afeto nas diversas relações ao longo da vida. O debate acerca de possibilidades de ascensão se manifesta sobre quaisquer âmbitos da vida, desde o acesso à escola, à espaços públicos, até o acesso à saúde, ao ensino superior, ao mercado de trabalho, sendo que esses acessos, além de serem

democratizados devem vir acompanhados de um plano de inclusão, por meio de políticas públicas e do debate da questão racial. Representatividade importa, mas não é suficiente para lidar com as questões relacionadas ao racismo, como diria o professor Silvio Almeida.

Em *Ralé brasileira: Quem é e como vive*, Jessé Souza e outros colaboradores realizam um trabalho empírico por meio de pesquisas e entrevistas a respeito dessa classe social e pessoas que dela fazem parte, além de discussões acerca da influência das instituições na questão de classe, buscando compreender como essas se organizam e como contribuem para a reprodução das desigualdades. Dentre as discussões que se apresentam estão a influência do ambiente acadêmico (escola e universidade), sistema jurídico e mercado de trabalho na vida dessas pessoas e na definição de suas possibilidades. Ressalta-se a compreensão de que as diversas esferas da vida exigem certas características e comportamentos tanto para adaptação como para a possível obtenção de sucesso nessas áreas, de modo que essas características estão intimamente ligadas a classe social e à raça das pessoas.

O ponto essencial seria o reconhecimento de que ações de transformação dessa realidade encaram dois desafios, o primeiro seria o reconhecimento do problema, ou seja, reconhecimento de que a integração deveria ocorrer por meio de uma reconstrução da base valorativa e da organização familiar dessa classe social, para depois efetivamente realizá-la. Os questionamentos diante disso aparecem, por exemplo, na ideia de que o capitalismo se beneficia de uma população subalternizada que representa mão de obra barata e que secularmente vem ocupando posições sem o devido reconhecimento.

A democratização dos espaços, por meio do aumento da inserção de pessoas negras, mulheres, indígenas, população LGBTQIA+, em locais de liderança e poder, principalmente com o acompanhamento de projetos de mudança, de modificação dessa realidade de exclusão de pessoas pobres, periféricas e das demais minorias, pode ser um bom início. Então ao falarmos sobre a ralé brasileira e seus direitos não é possível ser a favor da precarização do trabalho, ser a favor de uma legislação trabalhista que promove e amplia a desqualificação do trabalho, ser contra o Sistema Único de Saúde (SUS), ser contra projetos de infraestrutura e de moradia popular. Essas pessoas não são representadas no Congresso Nacional, nas Câmaras dos vereadores e muito menos no Palácio do Planalto. Por isso, todo esse processo de tentativa de mudança da realidade, não pode ser realizado enquanto os interesses defendidos nos âmbitos de poder forem daqueles que apenas se beneficiam com a exclusão e marginalização de pessoas não brancas e fora da classe média.

Os questionamentos também passam sobre a ideia de uma mudança estrutural que preveja outros moldes que não os solidificados pelo capitalismo. As discussões passam por movimentos anticapitalistas que possam promover novas narrativas e a construção de novas possibilidades de sociedade. Afinal, a ideia da busca por representatividade e ocupação de lugares de poder dentro de uma estrutura construída e constantemente reproduzida pela e para a elite branca pode não ser o caminho. Asad Haider reitera, em *Armadilha da Identidade* que não é possível dissociar o racismo do capitalismo, exemplificando o caso estadunidense de um caminho traçado até o multiculturalismo liberal, que promovendo progressos individuais - vide Barack Obama - não foi capaz de produzir um fenômeno de mudança estrutural para a população negra.